

AS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS ESTRATÉGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Patrícia de Lucena Mourão¹

Palavras-chave: agroecologia, gênero e agricultura familiar.

Introdução

O processo de modernização da agricultura, que tinha como objetivo transformar a agricultura de insumos tradicionais em agricultura de insumos modernos, oferecidos a baixo custo através de crédito e assistência técnica, promoveu no Brasil uma reorientação dos instrumentos básicos de desenvolvimento do país, sem considerar a capacidade e limites dos ecossistemas locais, a organização e os conhecimentos tradicionais da agricultura familiar. Na Amazônia, essa modernização teve duas características básicas: dar à grande empresa o papel dominante no processo de desenvolvimento; e não estabelecer uma política específica para a agricultura familiar (COSTA, 2000).

Contudo, a agricultura familiar, que sofria as conseqüências da exaustão dos recursos naturais, da falta de acesso a terra, da ausência de apoio técnico e financeiro, organizava suas estratégias em torno de bases agroecológicas, complexificando seus sistemas produtivos, com o uso intensivo e diversificado dos recursos naturais, com a inclusão de culturas permanentes consorciadas, criação de animais e uso múltiplo da floresta e, na busca de política e ações que estivessem voltadas para atender seus interesses e necessidades.

Apesar da ampla discussão sobre os impactos dessa transformação, as questões da mulher e a abordagem de gênero² estiveram ausentes quase que em sua totalidade, predominando, dessa forma, a neutralidade de gênero nas análises sobre o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Os trabalhos como o de Siliprandi (1998), evidenciam e visibilizam o trabalho feminino nos sistemas produtivos e demonstram que, as políticas públicas, ao ignorarem o papel produtivo da mulher e a sua importância para o desenvolvimento da agricultura, acabam reforçando as situações de não equidade entre os gêneros.

¹ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) Programa Amazônia Pará. Rua Bernal do Couto, 1329 Umarizal. Cep. 66.055-080 Belém – Pará. e-mail: patricia@fase-pa.org.br

² Conforme a historiadora feminista Joan Scott (1996) gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Este trabalho resulta de uma pesquisa sobre as estratégias de produção e reprodução social da agricultura familiar rural de Abaetetuba - Pará, a partir dos marcos teóricos da agroecologia e do gênero, identificando limites e potencialidades para o desenvolvimento de agroecossistemas³ sustentáveis e das transformações das relações sociais entre homens e mulheres.

Desenvolvimento

O estudo foi realizado em 2003 com agricultores/as familiares associados/as ao Centro de Tecnologias Alternativas Tipiti⁴, que atua no município de Abaetetuba na formação de agricultores/as em práticas agroecológicas. Participaram da pesquisa 12 famílias estabelecidas em área de terra firme no município. Como metodologia adotou-se técnicas de pesquisa participativa, integrando a construção de croquis, calendários de atividades, mapa de fluxos e caminhadas transversais com entrevistas abertas, buscando, envolver de forma equitativa homens, mulheres e crianças.

É no centro da unidade produtiva que a família utiliza sua autonomia para estabelecer as suas estratégias de intervenção e os processos de trabalho, organizando o espaço e combinando variadas espécies vegetais e animais, de forma a garantir seus critérios de produção e reprodução. Os agroecossistemas, tradicionalmente desenvolvidos pela agricultura familiar da região de terra firme em Abaetetuba, ocupam pequenas áreas e, estão baseados na produção de culturas agrícolas de ciclo curto – arroz (*Oriza sativa* L.), milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), nos quintais (frutas), nas pequenas criações (aves e porcos) e no extrativismo de espécies vegetais, especialmente o açaí (*Euterpe oleracea* Mart.).

O plantio das culturas permanentes, fora do espaço dos quintais, era pouco comum entre os agricultores familiares. Mas, na década de 1990, 58% das famílias tiveram acesso ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e passaram a desenvolver plantios de culturas permanentes, especialmente coco e pimenta-do-reino, Apesar de, nos primeiros dois anos de implantação do projeto, plantar-se consorciado com mandioca e banana (*Musa paradisiaca* L.), estes acabaram tornando-se áreas de monoculturas, uma vez que não era permitido, nem pela assistência técnica, nem pelo

³ Um agroecossistema é definido como o local de produção, isto é, a unidade de produção familiar, que é compreendida como um ecossistema (GLIESSMAN, 2000).

⁴ O Centro Tipiti é uma associação de produtores fundada em 1992 com objetivo de desenvolver tecnologias alternativas baseadas na agroecologia.

banco, o plantio de outras culturas nas áreas dos projetos⁵. Já no final da década de 90, os plantios de culturas permanentes passaram a ser realizados em forma de consórcios e sistemas agroflorestais, associados a outras práticas agroecológicas como a adubação orgânica com leguminosas. Isto passou a ocorrer com a participação dos agricultores nos cursos do Centro Tipiti.

A interação ser humano e natureza desencadeou da construção e acúmulo de diversos saberes utilizados na construção dos agroecossistemas. Utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os agricultores e agricultoras, freqüentemente desenvolveram sistemas agrícolas sustentáveis, onde o saber local e métodos foram originados de experiências individuais ou coletivas. Em Abaetetuba, as mulheres detêm o conhecimento do processo de produção na roça, desde as técnicas de preparo da área, calendário agrícola até as formas de controle natural de insetos.

O domínio das mulheres sobre os conhecimentos tradicionais locais, repassados de geração para geração, não implica em alterações nas relações de gênero. Nos casos estudados, o plantio culturas permanentes, induziu os homens a dedicarem a maior parte do seu trabalho na manutenção dessas áreas. Enquanto a roça passou a ser uma atividade secundarizada, assumida pelas mulheres, os plantios permanentes tornaram-se as principais atividades produtivas, onde as mulheres têm pouco conhecimento técnico.

Nessas áreas, o contato com a assistência técnica foi mais intenso no convívio masculino, forçando a uma divisão do trabalho e a concentração dos novos conhecimentos técnicos pelos homens. 100% das mulheres entrevistadas afirmaram não ter acesso à assistência técnica, mesmo quando os técnicos fazem as vistorias nas áreas dos projetos. Nesse aspecto se fortalece a crítica à formação técnica de profissionais que atuam no meio rural, vazia de conhecimentos antropológicos e pedagógicos e de uma perspectiva das relações de gênero.

O acesso a novos conhecimentos técnicos pelas mulheres seja pela participação em cursos e treinamentos no Centro Tipiti, seja pelo acesso a assistência técnica, é bastante limitado. Apenas 17% das mulheres entrevistadas participaram de cursos técnicos em agropecuária (voltados para produção de hortaliças). Não integradas ao processo de construção de novos conhecimentos técnicos, as mulheres deixam de ser

⁵ Sobre isso ver TURA e COSTA, Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará (2000).

reconhecidas como sujeitos importantes na reconstrução de agroecossistemas sustentáveis.

Conclusões

O estudo demonstrou que ao adotar práticas agroecológicas as famílias estão preservando e recompondo os aspectos ecológicos de seus sistemas de produção, assim como, contribuindo para a segurança alimentar, incremento na qualidade da dieta alimentar e da renda das famílias. Neste processo, as mulheres cumprem um importante papel para a reprodução da família, por realizarem funções de educadora e executora de atividades relacionadas à manutenção da família e, por estarem amplamente inseridas nos processos produtivos, de transformação e comercialização de alimentos e outros produtos não agrícolas.

No que se refere à adoção das práticas agroecológicas desenvolvidas pelo Centro Tipiti, as mulheres apesar de demonstrarem uma resistência inicial, pela falta de informação e capacitação técnica, tendem a adotá-las, sobrepondo os resultados sócio-ambientais aos resultados estritamente econômicos. Mesmo que a tomada de decisão para a implantação das práticas não tenha sido dialogada, elas desenvolveram um olhar crítico sobre estas práticas. Por outro lado, as mulheres não têm as mesmas condições de acesso aos meios de produção e às políticas públicas de crédito e assistência técnica. O reconhecimento do papel produtivo das mulheres e de sua importância para a construção de agroecossistemas sustentáveis vem resultando na crescente preocupação em ampliar a participação das mulheres nos espaços de capacitação e formação em práticas agroecológicas. Contudo, isso não significa que estejam ocorrendo mudanças nas relações sociais entre homens e mulheres, uma vez que, os conteúdos de gênero não são incorporados aos processos de transformação da agricultura.

Referências Bibliográficas

- COSTA, F. A. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia. In: TURA, L.R., COSTA, F. de A. **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000. p. 63-106.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Tradução: Maria José Guazzelli. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.
- SILIPRANDI, E. Projeto de desenvolvimento e valorização da agricultura familiar. In: NOBRE, M., SILIPRANDI, E. QUINTELA, S. MENASCHE, R. **Gênero e Agricultura familiar**. São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminina, 1998. p. 45-53.
- TURA, L.R., COSTA, F. de A. **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO**. Brasília: Brasília Jurídica: FASE, 2000.